

**EDUCAÇÃO ESCOLAR  
QUILOMBOLA: O QUE  
PENSAM OS/AS  
PROFESSORES/AS DE  
GEOGRAFIA QUE ATUAM NO  
CENTRO DE EXCELENCIA  
QUILOMBOLA 27 DE MAIO**

*QUILOMBOLA SCHOOL  
EDUCATION: WHAT DO  
GEOGRAPHY TEACHERS WHO  
WORK AT THE QUILOMBOLA  
CENTER OF EXCELLENCE 27 DE  
MAIO THINK*

*EDUCACIÓN ESCOLAR  
QUILOMBOLA: QUÉ PIENSAN LOS  
PROFESORES DE GEOGRAFÍA  
QUE TRABAJAN EN EL CENTRO  
DE EXCELENCIA QUILOMBOLA 27  
DE MAYO*

Mailson Acacio dos Santos Melo  
[mailsonacacio@gmail.com](mailto:mailsonacacio@gmail.com)

Diana Mendonça de Carvalho  
[dianamendonca@academico.ufs.br](mailto:dianamendonca@academico.ufs.br)

Edinéia Tavares Lopes  
[edineia.ufs@gmail.com](mailto:edineia.ufs@gmail.com)

**Resumo:**

As comunidades quilombolas enfrentam muitos desafios em relação à efetivação da modalidade da Educação Escolar Quilombola (EEQ). Em Sergipe, não é diferente. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é compreender a partir das falas dos professores de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M) as relações estabelecidas ou não entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar. A pesquisa é do tipo investigação-ação participativa com abordagem qualitativa. Os instrumentos metodológicos utilizados foram entrevistas e observações, além de referenciais bibliográficos. Diante disso, houve a adesão de (as) professores(as) de Geografia as DCNEEQ e que o CEQ27M tem avançado nas discursões, porém para que a EEQ seja efetivada, a Comunidade Quilombola Mocambo, em meio a sua condição territorial, precisa estar dentro e em disputa por tal efetivação.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Quilombola, Diretrizes Curriculares, Professora(es) de Geografia.

**Abstract:**

The quilombola communities face numerous challenges regarding the implementation of Quilombola School Education (QSE). In Sergipe, this reality is no different. Thus, the general objective of this article is to understand, based on the accounts of Geography teachers from the Quilombola Excellence Center 27 de Maio (CEQ27M), the relationships that are—or are not—established between the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education (NCGQSE) and the geographic pedagogical practices developed in this educational unit. The research follows a participatory action-research design with a qualitative approach. The methodological instruments used were interviews and observations, in addition to bibliographic references. In view of this, it was observed that Geography teachers have adhered to the NCGQSE and that the CEQ27M has advanced in its discussions; however, for QSE to be fully implemented, the Mocambo Quilombola Community, within its territorial circumstances, must be actively involved in and engaged in the struggle for such implementation.

**Keywords:** Quilombola School Education, Curriculum Guidelines, Geography Teacher(s).

**Résumé / Resumen:**

Las comunidades quilombolas enfrentan numerosos desafíos en relación con la implementación de la modalidad de Educación Escolar Quilombola (EEQ). En Sergipe, no es diferente. De este modo, el objetivo general de este artículo es comprender, a partir de los testimonios de los profesores de Geografía del Centro de Excelencia Quilombola 27 de Mayo (CEQ27M), las relaciones establecidas —o no— entre las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola (DCNEEQ) y las prácticas pedagógicas geográficas en esta unidad escolar. La investigación es de tipo investigación-acción participativa, con un enfoque cualitativo. Los instrumentos metodológicos utilizados fueron entrevistas y observaciones, además de referencias bibliográficas. Ante esto, se constató la adhesión de los/las profesores/as de Geografía a las DCNEEQ y que el CEQ27M ha avanzado en las discusiones; sin embargo, para que la EEQ se efective, la Comunidad Quilombola Mocambo, en medio de su condición territorial, necesita estar presente y en disputa por dicha implementación.

**Mots-clés / Palabras-clave:** Educación escolar quilombola, Directrices curriculares, Profesores de geografía.

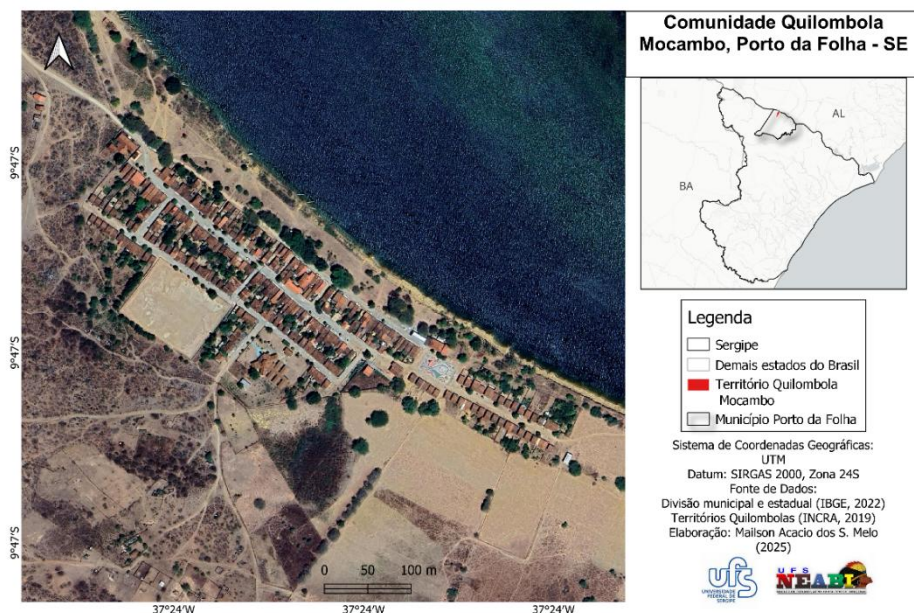
## **Para Começo de Conversa**

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da Educação brasileira, cuja escola se encontra em área de remanescentes de comunidades quilombolas ou unidades escolares que atendem alunos quilombolas, que se colocam no sentido de valorizar a história, conhecimentos, valores culturais e identidade étnico-raciais (Brasil, 2012). Essa modalidade está institucionalizada em bases legais, mas enfrenta diversos desafios que precisam serem expostos e discutidos, pois para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) sejam efetivadas, as instituições de ensino precisam enxergar as especificidades étnico-raciais das comunidades quilombolas.

Por esse contexto, o presente artigo, representa a preocupação de um estudante quilombola do curso de licenciatura em Geografia, de registrar e divulgar a condição do ensino dessa disciplina no Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio. Inicialmente, a temática já se justifica no uso da primeira pessoa do singular, diante do vínculo deste autor com a problemática estudada.

Minha família participou intensamente da luta quilombola no cenário nacional e estadual, desde o processo de reconhecimento e titulação da minha comunidade, Mocambo, quanto das demais comunidades quilombolas de Sergipe (Figura 01). Desse modo, a luta das comunidades quilombolas para demarcação de seus territórios e demais direitos, como acesso à saúde e educação escolar, atravessou a constituição desse pesquisador/autor como pessoa.

**Figura 01- Mapa do Território Quilombola Mocambo, Porto da Folha-SE (2024).**



Fonte: Projeto Entrelaços (2024).

Mocambo, teve o território reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, como comunidade Quilombola no ano de 1997, tornando-se a primeira comunidade quilombola reconhecida de Sergipe. A luta por esse território teve como referência a luta do povo indígena Xokó, cuja luta é demarcada do final da década de 1970, quando da ocupação da Ilha de São Pedro, tornando-se um dos primeiros povos do Nordeste a iniciar a retomada do seu território. Tal luta ganhou participação nos movimentos sindicais, camponeses e religiosos de cunho progressista de todo o Baixo São-Francisco que esteve intrinsecamente ligada a luta pela Educação Escolariza, pois não há Educação Escolar Indígena (EEI) sem território demarcado (Bomfim, 2021; Santos Junior, 2016; Santos, 2020).

Estudei todas as etapas da vida escolar na minha comunidade, no Centro Excelência Estadual Quilombola 27 de Maio

(CEQ27M). O CEQ27M foi criado como escola rural do Povoado Mocambo no ano de 1949 e oferta o Ensino Médio desde 2003 (Santos, 2021). Durante todas as etapas de minha vida escolar, percebi que à despeito do que vivia cotidianamente na minha vida familiar e na comunidade, a luta quilombola, quando estava presente no currículo escolar, era de forma pontual, quase sempre referendado no dia 27 de maio, dia em que o território comemora aniversário de reconhecimento como Território Quilombola pela Fundação Cultural Palmares; ou 20 de novembro, dia dedicado a Consciência Negra, ambas datas importantíssimas para o debate antirracista.

Na minha formação política, no âmbito do movimento quilombola, a educação escolarizada sempre foi uma das pautas de luta. Vale registrar, que as comunidades quilombolas, sobretudo pós-constituição de 1988, têm investido na transformação do modelo de educação escolar racista, eurocentrada e excludente para uma educação escolarizada que, de fato, atenda seus anseios e demandas.

Por isso, como não podia ser diferente, minha trajetória de resistência como aluno na Universidade Federal de Sergipe (UFS) sempre foi atravessada pela minha constituição ancestral como pessoa quilombola e indígena, com vínculo estreito com o território onde fui criado e as lutas que constituíram a pessoa que sou hoje.

Assim, compreendo a Universidade como um espaço estratégico em que o Movimento Quilombola (MQ) e o Movimento Indígena (MI) buscam atuar na luta pela educação escolar e universitária. A incidência desses movimentos ocorre, por exemplo, na efetivação das políticas afirmativas específicas para essas comunidades e povos e nas ações voltadas para a formação de professores para atuarem em suas modalidades específicas de ensino

na Educação Básica, quais sejam: Educação Escolar Quilombola (EEQ) e Educação Escolar Indígena (EEI).

Desse modo, minha atuação nesse espaço formativo acadêmico tem ocorrido na confluência das temáticas de Educação Escolar Quilombola (EEQ) e Educação Escolar Indígena (EEI), em projeto de pesquisa, extensão e ensino, desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFS (NEABI-UFS).

No recorte deste artigo, volto meu olhar para a Educação Escolar Quilombola (EEQ) em Sergipe, focando o componente curricular Geografia. Faz-se importante registrar que as comunidades quilombolas enfrentam muitos desafios em relação à efetivação da modalidade EEQ em todo o país, não sendo diferente em Sergipe. Sobre esses desafios, após realização do Fórum de Educação Escolar Quilombola (FEEQS) e análise das demandas apresentadas, Lopes et. al., (2021) destacam, a partir das falas das(os) representantes das comunidades quilombolas, professoras(es) e gestores, que atuam nas escolas e secretarias que atendem essas comunidades: 1-a ausência de formação específica inicial e continuada para os(as) professores(as) que atuam nessas escolas; 2-lacunas na implementação de currículos específicos; e, mesmo, 3-a ausência de professoras(es) quilombolas nas unidades escolares sergipanas.

Desse entendimento e da defesa da garantia da Educação Escolar Quilombola, é que se propõem esta investigação, que tem o objetivo de compreender a partir das falas dos professores<sup>1</sup> de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M),

---

<sup>1</sup> As denominações utilizadas ao longo do texto para referenciar os (as) professores(as) entrevistados(as), são homenagens feitas a pessoas quilombolas do Mocambo que já faleceram e tiveram sua importância na luta pela definição desse território, no caso: Mariana, Maria das Virgens e Nice.

as relações que são estabelecidas ou não entre as DCNEEQ e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar.

Neste mesmo quadro, apresenta-se como objetivos específicos: 1) analisar o perfil pessoal, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia que atuam no CEQ27M; 2) Investigar a partir da fala desses professores a relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco em suas especificidades étnico-raciais locais; e, 3) Refletir sobre saberes e fazeres culturais/territoriais, que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no CEQ27M, a partir da fala desses professores.

Esta pesquisa está vinculada ao projeto Entrelaços de Res/exi/tência: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe? (Aprovado pelo CONEP: 5.699.931). O projeto foi elaborado/produzido a partir das demandas elencadas durante o Fórum da Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), realizado durante o ano de 2019. O Núcleo de estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) realizou ações com objetivo de fortalecer as discussões em torno da temática EEQ nas escolas localizadas em territórios quilombolas em Sergipe.

Sendo assim, o presente trabalho se relaciona de forma intrínseca com a luta das comunidades quilombolas de Sergipe e, portanto, vinculados com a produção de conhecimento comprometido com as comunidades quilombolas sergipanas, as quais são envolvidas no projeto (Lopes, 2022). Tal compromisso foi proposto a partir das demandas identificadas durante a realização do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS) em 2019. Compromisso assumido com as comunidades na produção de conhecimento

científico sobre a educação escolar ofertada nos territórios quilombolas sergipanos (Lopes et al, 2021).

### **Caminho metodológico percorrido**

Como dito, o recorte da pesquisa apresentado neste artigo se insere nas investigações realizadas no projeto “Entrelaços de Res/exi/tência”. Neste adotou-se a abordagem qualitativa, visto que ela busca compreender a complexidade e a riqueza dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes, constantemente refletidos nas vivências dos sujeitos da pesquisa (Bogdan; Biklen, 2003; Flick, 2009).

A pesquisa é do tipo investigação-ação participativa (Fals Borda, 2010a e 2010b), justificada pela importância do compromisso com os/as sujeitos/as e sua consciência coletiva. Compreende-se assim, que os caminhos são construídos na investigação e que não há hierarquização entre o pesquisador e os participantes. Parte-se então, do pressuposto do sujeito da pesquisa, abordando as temáticas que o atravessam política e simbolicamente.

Com a investigação-ação participativa (IAP), busca-se no âmbito do Projeto Entrelaços (Lopes, 2022) desenvolver ações comprometidas com a EEQ, vinculadas as lutas do Movimento Quilombola de Sergipe e elaboradas a partir das demandas do FEEQS.

No recorte apresentado neste artigo, a pesquisa foi realizada no Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio, localizado no Território Quilombola Mocambo, município de Porto da Folha, Sergipe. Este é o primeiro território quilombola titulado pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) em Sergipe (Arruti, 2016).

Neste contexto, o território é compreendido aqui pela presença material delimitada pela resistência de uma luta coletiva, que reflete significados, modos de ser e viver a partir da sua identidade quilombola. Essa luta atravessa constantemente fileiras por garantia de políticas públicas, que sustentam a titulação de seus territórios à condição de vida digna (Dias, 2020; Silva, 2022). Além disso, reflete relações de fortalecimento e coletividade, que reproduz materialidades em todos os espaços que seus corpos estejam ou que lutas os levem na perspectiva de aquilombamento, isto é, na forma que essa população encrontra de se materem vivos em meio as violencias cotidianas.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas, com roteiro previamente elaborado, três professores de Geografia da escola supracitada. Adotou-se nomes fictícios para esses entrevistados(as), sendo essas Nice, Maria das Virgens e Marina. Inicialmente, foi conversado com esses profissionais sobre o objetivo da realização da pesquisa e apresentado a proposta do roteiro, explicando sobre as orientações referentes a Ética na Pesquisa.

O roteiro de entrevista com os professores teve o intuito de coletar dados sobre: a) seu perfil pessoal, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia; b) saberes e fazeres culturais/territoriais que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no CEQ27M; c) relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco nas especificidades étnico-raciais da Comunidade Quilombola Mocambo.

Além disso, focalizou-se revisão bibliográfica, focalizando as Diretrizes Curriculares e a Educação Escolar Quilombola, assim como, formação docente e ensino de geografia. No tocante a

especialização das informações, além da tabulação das entrevistas realizadas, fora realizado mapeamento cartográfico da localização do recorte espacial, utilizando-se do Qgis 3.40 e de base cartográfica do IBGE (2022).

Esses procedimentos se fizeram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, como também para sua organização em subitens essenciais para a compreensão sobre a Educação Escolar Quilombola, seus campos de luta e resistência.

### **Educação Escolar Quilombola: Considerações sobre o caso em Sergipe**

A Educação Escolar Quilombola (EEQ), modalidade da Educação Básica nacional, é uma conquista dos movimentos quilombola, no bojo da luta da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), resultando na promulgação, no ano de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombolas (DCNEEQ) estabelecem que as escolas precisam ser envolvidas e enriquecidas:

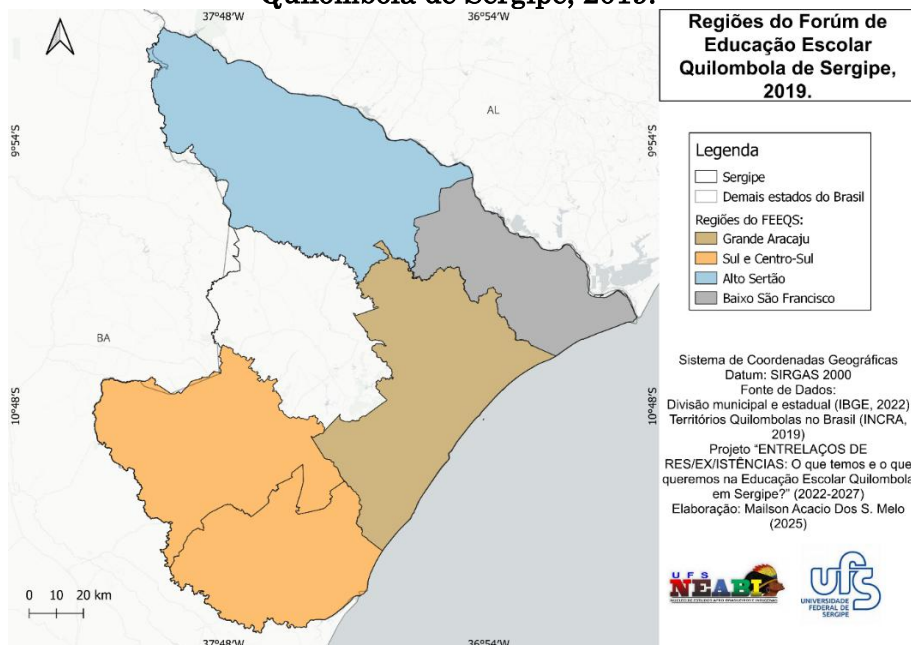
a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012, Art. 1º, I).

Após essa conquista, o movimento quilombola (MQ) vem fazendo sua organização em espaços estratégicos de lutas. Nacionalmente, o Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de

Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) pautou em todos os estados que têm comunidades quilombolas a efetivação das DCNEEQ (2012), fazendo com que a Educação Escolar Quilombola seja uma realidade em todos os territórios quilombolas do Brasil.

Em Sergipe, essas reivindicações ocorreram de forma mais intensa, através das atividades desenvolvidas no Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), executado em quatro regiões: Sul, Sertão, Baixo São Francisco e Grande Aracaju, no ano de 2019 (figura 02). Nesses, as comunidades apresentaram as suas demandas sobre as ausências de políticas públicas específicas para a efetivação dessa modalidade de ensino (Lopes et al, 2021).

**Figura 02- Mapa dos Territórios do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019.**



Fonte: autor (2025).

Para que a EEQ ocorra conforme conquistado pelas comunidades quilombolas e definido nas DCNEEQ, um fato fundamental para a sua efetivação é a formação dos(as) docentes que atuarão nas escolas quilombolas. Essa formação deve contribuir para garantir no currículo das escolas quilombolas, o diálogo entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos dos respectivos territórios (Lopes et al, 2021).

Importante destacar que as lutas por educação escolar quilombola estão intrinsecamente ligadas e materializadas nas lutas pelos seus receptivos territórios. Quando o Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) diz que “Somos o começo, meio e começo” (Santos, 2023, p. 30) anuncia que não existe escola quilombola sem território quilombola titulado.

Deste modo, a luta em Sergipe não começa hoje, é uma luta que começou desde que o “negro” fora arrancado dos territórios africanos e violentamente incorporados à terra “Brasilis” (Lobo, 2022), como mão-de-obra escrava, desconsiderando a identidade social, simbólica, política e histórica. Deste modo, em todos os momentos da história de constituição do Brasil, o povo hoje definido como quilombola, estabeleceu luta, resistência, organização e educação.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, a Educação Escolar Quilombola reflete esse campo de luta e resistência ao analisar a organização dos quilombos no Brasil, que se dá verdadeiramente na resistência à escravidão, diante da luta aos

[...] nos processos de resistência ao padrão de poder, apropriação, expropriação da terra, imposto aos africanos escravizados e a seus descendentes. Os povos quilombolas têm consciência dessa relação persistente entre sua história e as lutas

pela manutenção de seus territórios. Nessa tensa relação, têm construído e afirmado a sua consciência do direito à terra e ao território e, nesse sentido, aproximam-se das lutas dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2012, p. 16).

No estado de Sergipe existem 34 comunidades quilombolas documentadas com certificação. Mas o Movimento Quilombola de Sergipe afirma que existe mais de 50 comunidades quilombolas (Lopes et al, 2025). Assim, percebe-se a importância da organização política dessas comunidades para que seus direitos sejam efetivados, e, nesse caso, o direito a Educação Escolar Quilombola em seus territórios e nas demais escolas que recebem os alunos dessa modalidade (Arruti, 2017).

No que tange a formação e ensino de geografia, é evidente a ausência de texto específicos tratando da temática. Contudo, a mesma é refletida a partir da concepção territorial, como sendo invisibilizado e desconhecido:

[...] por parte da sociedade, da história, da relação identitária destes grupos populacionais com seus territórios, de sua dinâmica, permitem certas estratégias por parte de uma minoria, que vão da negação da titulação, ao extermínio simbólico e físico destas populações. (Santos; Costa, 2020, p.312)

Por está razão, a formação geográfica toma folêgo com a questão quilombola pela necessidade de viabilizar a importância dos saberes e experiências desses povos na formação territorial (Cavalcanti, 2013). Todavia, a vivência em sala de aula tem ausentado essa temática, haja vista, os livros didáticos pouco trazerem para a sala de aula, essa concientização precisa ser em nível totalizador.

Diante disso, até o ano de 2025, não houve nenhuma formação continuada específica para os professores quilombolas, nem para os professores que atuam em escolas quilombolas em Sergipe. Dessa forma, fica explícito a ausência de vontade política, tanto da Secretarias de Estado da Educação, quanto das Secretarias Municipais de Educação, sobretudo dos municípios que tem territórios quilombolas, ou que recebem alunos desses territórios. Então, como efetivar a modalidade da Educação Escolar Quilombola se não há uma adesão das respectivas Secretarias?

Por conta disso, o Movimento Quilombola de Sergipe juntamente ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFS), organizaram no ano de 2019, o Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS). Nele houve uma intensa participação dos territórios quilombolas, professores, lideranças e alunos, ocorrendo cinco encontros, quatro deles nos etnoterritórios: Sertão, Baixo São-Francisco, Centro-Sul e Grande Aracaju (Figura 02); e um estadual, integrando as demandas com vista a busca por soluções, que ainda não chegaram (Lopes et al, 2021).

A partir dos encaminhamentos feitos no FEEQS, foi protocolado no Ministério Público Federal (MPF) as demandas e anseios dos territórios quilombolas para a efetivação da Educação Escolar Quilombola. Como um anseio que Xifroneze Santos, liderança Quilombola, definiu “[...]acredito que os/as quilombolas vão construir o segundo marco legal do Brasil que vão orientar todas as escolas (Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019). Nessa crença, os militantes da Educação Escolar Quilombola foram organizando estratégias, para que essa esperança pudesse seguir firme.

Importante destacar que no período entre 2020 e 2022, a sociedade mundial passou pela Pandemia do Covid-19, e que as populações quilombolas perderam muitos dos seus anciões no Brasil. Muitas bibliotecas vivas tombaram perante tal pandemia. Houve também o enfrentamento a um Governo que deliberadamente produzia violência junto aos territórios, tanto para os territórios quilombolas, como também, para os territórios indígenas. Contudo, não se cessou a luta pela Educação Escolar Quilombola, porque não houvera escolha, reiterando que a opção foi sempre resistir.

Assim, foi construído o Projeto Entrelaços de Res/Ex/Istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?”. Projeto esse que trouxe uma contribuição significativa para EEQ em Sergipe. A partir desse foi possível dialogar com as lideranças, alunos, pais (responsáveis), professores, diretores que estão nos territórios quilombolas. Contou-se também com estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação; professoras(es) da Educação Básica e professoras(es) da Universidade Federal de Sergipe, que militam e pesquisam no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFS).

Até o momento, o Projeto Entrelaços conduziu a produção de três dissertações de mestrado, sobre três escolas quilombolas. Pelas professoras-pesquisadoras Ângela Sales Andrade Santos (Santos, 2021), Flávia Cristina Santos (Santos, 2023) e Jéssica Araujo dos Santos (Santos, 2024), respectivamente nas escolas quilombolas: Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio, Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio e Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado. Escolas Quilombolas que estão respectivamente nos territórios quilombolas: Mocambo (Porto da Folha), Brejão dos Negros (Brejo Grande) e Porto D'Areia (Estância).

## **Confluências entre Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola no Ensino de Geografia**

A educação quilombola reflete o conjunto de saberes, que conflui na condição histórica, cultural, em relações sociais, econômicas e identidade memorizada de comunidades. Esses saberes não se limitam ao espaço escolar, pois são passados de geração para geração no seio da comunidade, mediante vivência, família e território. Neste contexto, o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que versa sobre o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola denota que a Educação Quilombola só ganha fôlego diante da luta junto ao Estado, mediante:

[...] participação de lideranças quilombolas que explicitavam a especificidade das suas demandas, sobretudo em termos de uma educação escolar que se realizasse em âmbito nacional, e de fato, contemplasse não só a diversidade Regional na qual a população quilombola se distribui em nosso país, mas principalmente a realidade sócio-histórica, política, econômica e cultural desse povo. Uma realidade que tem sido inviabilizada ao longo da história da política educacional (Brasil, 2012, p. 13).

Por conseguinte, a Educação Escolar Quilombola se refere a uma modalidade específica da Educação Básica no Brasil, que é reconhecida institucionalmente e preza “[...] por práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade, na valorização da diversidade étnico-racial, no fortalecimento da identidade e no desenvolvimento sustentável” (Brasil, 2012, p. 01/ Parecer CNE/CEB nº08/2012).

Diante desse enunciado e diferenciação quanto a condição da educação quilombola em sua totalidade, (de)anuncia-se as ausências de produções científicas no Ensino de Geografia em Escolas Quilombolas. Por isso, pouquíssimos trabalhos desta ciência foram

focalizados, não só porque não havia compromisso ou rigor em suas pesquisas, mas também, porque as comunidades e, respectivamente, suas escolas, continuam sendo objeto de pesquisa e não sujeitos delas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), deixam explícito que as escolas quilombolas precisam conter em seus currículos as memórias, a territorialidade, as práticas culturais e todos os acervos das comunidades: cantos, danças, batuques e espiritualidades (Brasil, 2012). Mas como fazer isso se ainda existe a presença colonial nos currículos dessas escolas? Se os professores não foram formados a partir de tais conceitos? Para que isso aconteça, os currículos precisam ser transgressivos (Hooks, 2013).

Silva (2012) afirma que a escola quilombola precisa fortalecer seu papel junto a sua comunidade, destacando que:

[...] A Educação Escolar Quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeitos de direitos. Educação Escolar Quilombola é valorizar as sabedorias locais não escritas, nem lidas por meio de símbolos da grafia. Mas, as reconhece e as transforma em projeto, a que consegue fazer com que os conhecimentos não universais sejam conhecidos também. Que faz com que a vida não perca a essência, que recebe e partilha, que valoriza e é valorizada (Silva, 2012, p. 166-16)

Importe destacar que os currículos são espaços de disputas (Silva, 2022) e, que nesses, as comunidades precisam tensionar aquilo que querem ver, os rostos, as letras, as histórias e as presenças. Porque, a partir dessa aparição e apreciação, é que a escola se torna escola quilombola, e não uma escola em comunidade

quilombola (Arruti, 2017). O povo quilombola precisa adentrar o currículo, repensando as práticas que não falam sobre a realidade quilombola e deixando explícito o tipo de educação que desejam para os seus.

A escola quilombola tem que falar, viver e ser o “Território Quilombola” (Silva, 2022). A escola não pode ensinar que os quilombos eram somente espaços de negro fugido (Silva, 2022), mas sim, um espaço de resistência, conexão ancestral, intelectualidade e encruzilhadas (Rufino, 2019). Porque para chegar a um território certificado/titulado foram necessárias muita sabedoria, fé, memória, ardeios e vida em comunidade.

Por isso, não se deseja uma escola que não fale sobre o seu povo, uma escola que não tenha a sua cara, jeitos, memórias, músicas, sonhos, que não tenha um lado político, porque a comunidade sempre teve um lado político, porque nunca se teve a opção de não lutar. Não se tem o direito de desistir. E que nela, ensinem que para chegar até aqui, muitos tombaram na crença de um Território Quilombola, que tivesse uma educação escolar quilombola.

### **Perfil étnico-racial, acadêmico e profissional dos/as professores/as de Geografia que atuam no CEQ27M**

Atuam no CEQ27M, com o componente curricular Geografia, nos anos Finais do ensino Fundamental e no Ensino Médio, uma professora e dois professores. Os três professores(as) se identificaram como pessoas negras, nenhum(a) é quilombola. Dois informaram as idades, quais sejam: de 42 e 35 anos.

Em relação a formação, dois cursaram a Licenciatura em Geografia em instituição pública federal e um em instituição particular. Somente um cursou especialização. Quanto ao perfil

profissional, dois são contratados e apresentam distintos períodos de experiência como docentes e como docente na escola quilombola, variando, respectivamente de 3 a 15 anos e de 11 meses a 13 anos (Quadro 01).

**Quadro 01: Perfil profissional das docentes de Geografia do CEQ27M**

<b>Docente</b>	<b>Ano formação</b>	<b>Tempo de experiência como docente (anos)</b>	<b>Tempo de experiência na escola (anos)</b>	<b>Vínculo profissional</b>
<b>1</b>	2019	3	11 meses	Contratado
<b>2</b>	2018	3	3 anos	Contratado
<b>3</b>	2011	15	13 anos	Concursado

Fonte: autores (2025).

Esses dados iniciais, mesmo com uma amostra pequena em relação ao quantitativo de professores da rede estadual sergipana, ilustra a situação do estado no que diz respeito a precarização da profissão docente em um estado que está há 14 anos sem realizar concurso público. No que diz respeito aos professores de Geografia que atuam nas quatro escolas quilombolas estaduais sergipanas, somente a professora de Mocambo é concursada .

Essa situação de precarização é evidenciada também nas falas desses docentes, quando um deles informa que também ministra aulas de História e Sociologia em outras escolas, inclusive localizada em outro estado. Os demais relataram que já trabalharam em áreas distintas da docência, sendo que um atuou na construção civil, na agricultura e como motorista; e, outra que por ter outra graduação, atuou como Assistente Social.

A partir desses dados pode ser inferido que a condição da educação sergipana tem pormenorizado a importância do processo de ensino e aprendizagem. Fato que é sentido na condição das escolas

quilombolas e por conseguinte, no CEQ27M, em que professores não agregam identidade com a luta e com as especificidades da Educação Quilombola.

### **Relação entre as práticas pedagógicas geográficas no CEQ27M e as orientações das DCNEEQ, com foco nas especificidades étnico-raciais locais, a partir da falas das professoras**

Para situar as análises das entrevistas relacionadas às práticas pedagógicas é necessário registrar que a professora Marina atua no 6º ano; a docente Maria das Virgens, nos 7º, 8º e 9º ano; e Nice no Ensino Médio.

Em relação a pergunta sobre os temas/temáticas que trabalham no componente curricular Geografia no CEQ27M, a professora Marina informa a Localização do espaço geográfico. A professora Maria das Virgens cita as temáticas: Cultura e Formação do povo brasileiro, relacionando com a formação dos quilombos. A professora Nice informou que trabalha em “alguns momentos” com “intercâmbio” com uma docente quilombola que também atua na escola. Relata que já trabalhou a lei nº 10.639/03 e, por conta das especificidades sociais, trabalha “muito” as questões da comunidade nas datas de 27 de maio e 20 novembro.

Em relação a pergunta sobre a relação das suas aulas de geografia com saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade do Mocambo, a professora Marina identifica que as categorias, local e região, são centrais para que aconteça tal aproximação com saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade, “onde a comunidade está”, a sua “cultura” e “localização”, sendo esses os temas dialógicos nas aulas de Geografia.

A professora Nice traz a influência de um currículo, que “institucionalmente” devem seguir. Todavia, assinala que há uma

tentativa de aproximação com um currículo específico, trazendo temas que a comunidade enxerga como importantes, como a história de luta pelo reconhecimento do território. Nesse momento, é possível identificar o “território” enquanto categoria central para o diálogo com os saberes da comunidade.

Segundo Silva (2021), o docente que atua em escola quilombola deve estar

[...] imerso na comunidade quilombola para que suas práticas estejam firmadas na EEQ. Desse modo, tais práticas tem a função de resistência, memórias, entrelaçamentos e espaço de reflexão. Pois são “instrumento de poder, instrumento de conhecer, instrumento de denúncia e instrumentos de formação de crianças/jovens/adultos. (Silva, 2021, p. 96)

Pelas falas das professoras é possível notar que há uma busca por aproximar os temas do componente curricular com a comunidade em que a escola está inserida, focando na localização e na história de luta pelo reconhecimento do território. Ficou evidente que essa relação ocorre sobretudo nos dias 20 de novembro e 27 de maio, com diversas atividades alusivas a titulação do território e ao dia da Consciência Negra. Nas observações realizadas, constata-se que nesses dias ocorrem roda de conversas sobre a cultura da comunidade e apresentações culturais, como samba de coco, apresentação de peças teatrais e etc.

A fala da professora Nice evidencia os desafios encontrados na tentativa que ela tem feito para aproximar os conhecimentos da Geografia com os temas que a comunidade enxerga como importante. Sua fala sobre a obrigação de seguir o currículo universal explicita os desafios encontrados nessa aproximação. Mesmo com essa evidente busca por aproximar a Geografia da cultura da comunidade, não

ficou evidente a relação entre os temas trabalhados no componente e os saberes e fazeres quilombola.

Assim, sobre as temáticas da geografia identificadas por essas professoras e, segundo elas, qual a relação delas com os saberes e fazeres culturais/territoriais das comunidades quilombolas, pode-se inferir que se limitou ao “local”; a “cultura” e referência a lei nº 10.639. Evidenciaram a distância do currículo oficial da obrigação de sua efetivação, ao passo que reiteram as tentativas de aproximação por suas partes, com intuito de diminuir distâncias. Por isso, a imposição de um currículo homogêneo e universal acarreta o distanciamento ainda maior dos saberes e fazeres culturais/territoriais da comunidade do Mocambo das aulas de geografia.

Em relação a presença/ausência das identidades, realidades e especificidades étnico-raciais dos alunos no CEQ27M e nas práticas pedagógicas do componente curricular Geografia, as docentes responderam afirmativamente a essa vivência cultural. Além disso, a professora Nice enfatizou que “a presença é muito grande”, vez que “você aqui não consegue conversar com um aluno sem relacionar ele com as pessoas que são de sua família, a história de sua família”.

Segundo a professora “a cultura quilombola é muito forte, essa questão cultural aqui tem sido preservada” e destaca:

Essa presença está no momento que um neto comenta sobre seu avô, no momento que um filho comenta sobre seu pai, qualquer um que você perguntar que conhece a história, pode não conhecer a fundo, mas conhece a história da formação dessa comunidade da luta dessa comunidade. Assim, enfatiza então eu acho que ela está em todo momento (Entrevista, Professora Nice, 2025).

Já a professora Maria das Virgens afirma que trabalhar com pesquisas sobre “identidade, é uma forma do aluno se estimular a ler, a aprofundar sobre o assunto depois na aula a gente debater, por exemplo, pego uma temática”. Trouxe o exemplo do dia 27 de Maio, a importância dessa “identidade” na escola, para entenderem sobre o contexto pelo qual seus antepassados lutaram.

A professora Marina destaca a presença das “culturas” dos alunos e “como vivem”. Apesar da pouca idade dos seus alunos, pois cursam o 6º ano, eles mostram a cultura nas apresentações de trabalhos e atividades.

As análises das falas dessas professoras levam a afirmar que as identidades e a cultura desses estudantes estão presente na escola. Sobre essa presença pode-se inferir, inicialmente, que essa identidade está presente no que se pode. Deste modo, fundamentado em Silva (2022), pode-se referenciar a existência de um currículo oculto, que aponta ser “constituído por todo os todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (Silva, 2022, p. 78).

Essa afirmação é evidenciada na fala em que a docente diz que não consegue conversar com um aluno sem relacionar ele com sua família e a história dela, bem como nos seguintes extratos das falas das outras docentes, relacionando com atividades realizadas nas datas comemorativas: “trabalhamos com pesquisas, então a identidade deles o que eles fazem”, “cultura deles”.

Nenhuma das professoras se referiu sobre as realidades e especificidades étnico-raciais. Este dado permite refletir sobre o desafio da inclusão do debate racial no CEQ27M. Pareceu nas falas e observações realizadas que a inserção das identidades quilombolas

na escola ainda ocorre de forma pontual e sem um aprofundamento e problematização da produção das desigualdades raciais. Refletir sobre realização de ações pontuais relacionadas a Educação das Relações Étnico-Raciais na escola, sem problematizar a produção das desigualdades raciais, podem contribuir para o risco da folclorização.

### **Saberes e fazeres culturais/territoriais que podem/tem se constituído como temática da educação geográfica no currículo do CEQ27M**

Ao indagar sobre se e de que forma ocorre o diálogo nas aulas de Geografia, entre o conhecimento escolar e o conhecimento tradicional da comunidade quilombola, a professora Nice confirma a existência do diálogo, e que “no ano de 2024 foi feito um livro com uma professora quilombola da comunidade”. Realizaram pesquisa de campo com “alguns senhores”, afirma que o trabalho “foi bem interessante”, e que não há possibilidade de realizar em todas as aulas, mas que existe algum diálogo.

A professora Maria das Virgens também confirma o diálogo, que quando ela trabalha com os alunos temáticas correlatas a comunidade quilombola, “abre para o debate” e “ouve deles” o pertencimento a tais temáticas. Fala do “orgulho dos alunos em estar” em uma comunidade quilombola e o incentivo que é dado pela docente aos alunos, explica a “riqueza de detalhes” quando é solicitado trabalhos/atividades que trazem a identidade quilombola como questão. Já a professora Marina afirma que esse diálogo acontece, mas “raras vezes”.

Quando as professoras são indagadas se no planejamento anual do componente curricular Geografia do CEQ27M são abordadas questões a partir das DCNEEQ, a professora Nice e a professora Maria das Virgens, afirmam que sim. Contudo, a

professora Marina reflete que deveria existir “espaço para mais”. A professora Marina informa que há ausência no “planejamento” e acrescenta que há detalhes no componente curricular que poderiam ser explorados.

Ao referendar em quais momentos do ano letivo são abordadas questões a partir das DCNEEQ, as professoras Nice e Marina trouxeram os dias “27 de Maio e o dia 20 de Novembro”. Elencaram que a “cultura quilombola” é uma “realidade” de incidência no debate CEQ27M. Nice enfatiza também a problemática da ausência de professores concursados, que faz com que aconteça uma “rotatividade”, mediante término de contratos e vigência de outros, prejudicando o vínculo com a realidade quilombola.

A professora Maria das Virgens destaca o “Mês de Novembro”, como o momento em que os demais colegas também trabalham os “temas”, justificado na importância de estar numa escola quilombola e que “precisam trabalhar”. Esses acabam por dialogar sobre a importância do aprofundamento no estudo a partir da história das populações que foram trazidas da “África”, o debate sobre o passado escravocrata do Estado brasileiro, a “exclusão” da população negra/quilombola e a “luta por direitos”.

Assim, à despeito de que somente a professora Marina relatou que, em sua opinião, há ausência das DCNEEQ no planejamento anual do componente curricular Geografia, infere-se a existência de um esforço das professoras Nice, Maria das Virgens e Marina para realizar o diálogo entre o conhecimento escolar e o conhecimento quilombola, mesmo que seja em momentos pontuais.

Dessa forma, os dias “27 de Maio” e “20 de Novembro” continuam aparecendo com veemência. Tais questões justificam mais uma vez a presença do currículo oculto, em disputa com o currículo

formal (Silva, 2022), enfatizando que as DCNEEQ ainda estão sendo trazidas nas fissuras do currículo, nas entrelinhas da “exclusão” e não refletindo sobre as especificidades das populações quilombolas.

### **A importância do CEQ27M na/para Comunidade Quilombola Mocambo**

Nesse item começa-se a refletir sobre a importância do CEQ27M para o Território Quilombola Mocambo. No questionamento estabelecido sobre a relação da cultura quilombola e social, a professora Nice afirma que é “fundamental”, e relata que há disputa e combate “a cultura de massa” por parte da “cultura quilombola”. Salienta que há “influência direta da cultura quilombola”, e que o CEQ27M está “intimamente ligado” com a coordenação quilombola, e que tal relação “garante o cumprimento” das DCNEEQ.

Nice destaca a “importância de ter uma escola em território quilombola” para que os alunos não “percam o vínculo” com quem são, pois se não existisse tal unidade, o desenvolvimento das atividades voltadas a cultura quilombola seria impedido, não haveria a “preservação da história”, “a garantia de direitos” como nessa comunidade o são. Destaca mais uma vez sobre o descumprimento das legislações pelas demais instituições.

A professora Maria das Virgens afirma que é “fundamental” ter uma escola voltada para a “educação quilombola”, direcionando os alunos para o “engajamento” futuro nas Universidades”, a fim de possam “adentrar esses espaços” com um “olhar diferenciado”. Indaga que esses alunos estão vendo “sua realidade” no CEQ27M e estão sendo “instigados e orientados” para “ocupar esses lugares”. Além disso, a professora destaca que se esses alunos tivessem estudado em “escolas adjacentes” não teriam o desenvolvimento

aprofundado na “cultura da qual pertencem”, fazendo-se importante eles trazerem consigo que estão em um território quilombola, que tal território foi o “primeiro reconhecido” no estado de Sergipe, e que as “demais lutas saíram daqui”.

A professora Marina aborda a “grande importância de ter uma escola quilombola em uma comunidade quilombola”. De uma escola que recebe alunos quilombolas e não quilombolas, mostrando para esses a “cultura daqui” a “identidade daqui”, demonstrando a divulgação da cultura em “outros lugares”, para que possam ter um olhar “diferente” do que é “SER quilombola”. Essa escola é muito importante não somente para a comunidade, mas “também para o município e para o estado” de Sergipe.

Assim, pontua-se que as professoras compreendem a importância da existência e da permanência do CEQ27M enquanto escola quilombola. Nesse sentido, deve-se defender que o Estado garanta a efetivação das DCNEEQ em escolas que atendem os alunos quilombolas, para que esse avanço chegue nos currículos das Universidades na mesma proporção que devem estar nas escolas quilombola, que estão em territórios e que recebem alunos desses territórios.

### **Secretaria de Estado da Educação e a efetivação da EEQ no CEQ27M**

A respeito de ações por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) quanto a efetivação da educação escolar quilombola, a professora Nice destacou que a SEDUC vem desenvolvendo “algumas atividades”, porém “criar uma normativa, uma lei voltada é uma coisa, mas se é praticado é outra”. Acredita que para cumprir a legislação precisam focar mais no empírico, no concreto, para que realmente possam efetivá-la. Porque se não há

técnicos orientando, a EEQ não vai ser desenvolvida. Reforça que somente criar uma lei não garante seu cumprimento. A professora não cita as atividades desenvolvidas pela SEDUC.

A professora Maria das Virgens destaca as “controvérsias” na abertura de especializações para os professores da rede, sendo definidas mediante demandas e que ainda não existe para a sua área. Embora achando que tais especializações sejam fundamentais para as demais áreas. Destaca que está percebendo uma incidência de ações por parte da SEDUC.

Já a professora Marina disse que achou “mais complicada” a pergunta sobre as ações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para a efetivação da educação escolar quilombola. Desse modo, resumiu sua resposta em: “mais ou menos”.

Por sua vez, a professora Nice traz como exemplo o “Selo Antirracista”, citando-o e descrevendo-o como uma ação de combate ao preconceito e que, a partir dele se tenta “contextualizar as questões quilombolas”. Mas, afirma que tal exemplo não é específico para a EEQ.

A professora Maria das Virgens apontou que já participou de formações pedagógicas sobre essas “temáticas”, de formações “online”, no caso, referindo-se a formações não presenciais; e, que participou de formações presenciais apenas uma vez. A professora Marina afirma que a rede oferece, mas que não está conseguindo participar.

Quando foram perguntados se o CEQ27M oferece e apoia os(as) professores(as) no expressar e/ou no criar formas de educação aliadas a realidade quilombola, a professora Nice destaca que ocorre quando o CEQ27M permite que a comunidade participe de atividades. Isso nos momentos que há comemorações, que trazem

questões da comunidade, faz como que haja envolvimento, contribuindo assim, para com o trabalho docente.

A professora Maria das Virgens destaca tal presença nos “planejamentos”, fazendo com que os demais docentes tenham um “olhar debruçado”. Afirma que por estar em uma comunidade quilombola vê a necessidade do “trabalho de pesquisa”, que serve tanto para os seus alunos, quanto para sua formação. Traz o destaque para o trabalho da “coordenação pedagógica” na mediação de tais conhecimentos escolares e a interação com a comunidade. A professora Marina faz o destaque para “os projetos”, citando os dias “27 de Maio” e “20 de Novembro” como centrais e que sempre o CEQ27M oferece esse acesso e apoio nas demais atividades.

Quando arguidos se a equipe escolar enxerga a realidade dos estudantes quilombolas, as três professoras responderam afirmativamente. A professora Nice pontuou que a equipe escolar permite que os alunos participem do “teatro voltado a cultura quilombola”; quando em um momento “qualquer pessoa da comunidade” indaga sobre alguma questão que envolve o CEQ27M; e, quando a escola em momentos alusivos faz diálogo com as “datas comemorativas da comunidade”. Isso torna-se ponto central para o envolver a realidade dos alunos quilombolas.

A professora Maria das Virgens afirma que tal olhar “mudou bastante nos últimos anos”, destacando que a atual gestão do CEQ27M “tem um olhar voltado para o pedagógico”, que a equipe tem uma preocupação com uma “educação voltada a eles”, os alunos quilombolas. A professora Mariana afirma que o CEQ27M enxerga essa “cultura” quilombola, abordando-a nos projetos citados anteriormente e que existe a participação e interação dos alunos.

Dessa forma, sinaliza-se que a Secretaria de Estado da Educação não está efetivamente realizando formação continuada sobre a EEQ para seus professores(as), conforme preconizado nas DCNEEQ. Outro dado importante, é a ausência de formação continuada pela SEDUC para área de Geografia, como aponta a professora Maria das Virgens, afirmando que “não existe para a sua área”. Tais questões escancaram a sutilezas do racismo estrutural (Almeida, 2019) que está presente no currículo que a SEDUC propõe para sua rede, distanciando-se daquilo que as DCNEEQ deliberaram.

Sobre o apoio do CEQ27M às professoras(es), pode-se destacar que a instituição segundo a fala da professora Marina “permite que a comunidade participe de atividades”. Todavia, as DCNEEQ apontam que os currículos precisam ser quilombolas (Brasil, 2012), não somente em eventos, comemorações, mas em todos os dias do ano letivo, expressando, falando, vivendo, para assim, torna-se verdadeiramente uma escola quilombola. Mesmo que esteja acontecendo avanços como aponta a professora Maria das Virgens, afirmando que a coordenação pedagógica do CEQ2M “tem um olhar voltado para o pedagógico”, destaca-se que tal presença se deve a luta política das lideranças quilombolas da comunidade.

### **(In)conclusões, porque a luta continua**

A educação quilombola é informal, feita diariamente em comunidades que agregam identidade, características e especificidades com a condição do ser quilombola. Já a educação escolar quilombola é aquela instituída legalmente, no caso aqui demarcada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Diante disso, o presente artigo,

analisou os relatos dos professores de Geografia do Centro Excelência Quilombola 27 de Maio (CEQ27M), na Comunidade Quilombola Mocambo, no município de Porto da Folha-SE, demarcando as relações estabelecidas ou não entre as DCNEEQ e as práticas pedagógicas geográficas nessa unidade escolar.

A partir das análises de falas das professoras de Geografia do CEQ27M, foi possível verificar desencontros entre o que deveria ser a Educação Escolar Quilombola e as relações estabelecidas entre as práticas pedagógicas realizadas pelas professoras e o que pedem as Diretrizes Curriculares Nacionais. Por essas, percebe-se as implicações para a não efetivação delas, que se inscrevem na rotatividade dos docentes, na falta de formação continuada específica para a modalidade e no descaso do Estado na não efetividade das diretrizes.

Desse modo, nota-se que muito do que já se efetivou é fruto de lutas e posicionamento dos líderes dessas comunidades, que zelam pela continuidade de um território, que guarda em si identidade, esperança e reflexos das ancestralidades. Assim, nota-se que há um caminho longo para que as DCNEEQ saiam do campo das ideias e tornem-se realidades nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem os alunos quilombolas. Quiçá, em todas as etapas e níveis de formação, fazendo com que os alunos quilombolas possam adentrar as Universidades Públicas.

Ainda é importante deixar registrado as lutas pela Educação Escolar Quilombola realizadas nacionalmente, nos estados e nos municípios por parte das lideranças Quilombolas. Em Sergipe, tal expressão ganha forma a partir do FEEQS (2019) e Projeto de Pesquisa Entrelaços de res/ex/istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe. Tais ações

revelam o compromisso do Movimento Quilombola de Sergipe e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI/UFS) para com a oferta de uma educação justa, plena e repleta de esperança quanto a mudança de paradigmas socioespaciais e econômicos, que repensem o que é o SER.

Pelos diálogos estabelecidos com as docentes é visível a necessidade de quebra de travas conteudistas, que diluí a realidade quilombola a duas datas de registro no calendário. Precisa-se vislumbrar a realidade da comunidade quilombola, trabalhando conteúdos geográficos, desde a formação territorial do Brasil, com a operância do povo negro e sua importância na formação histórica do povo, da cultura e da economia brasileira, quanto na questão de raça atual, que ainda sofre com indiferenças, mas que persiste com seu trabalho construindo esse país. Por esse sentido, a educação geográfica precisa trabalhar com cuidado e zelo a questão da miscigenação de nosso povo e as heranças históricas que o compõe.

Neste contexto, é necessário referenciar que toda comunidade quilombola é um território geográfico. É território, pois ao mesmo tempo que é uma construção social, é transpassado por relações de poder. E no caso em estudo, o Mocambo, e mesmo o CEQ27M, perfaz um território onde ocorre a vida, fundamentado no trabalho e na resistência. Deste modo, o território quilombola do Mocambo dever ser visualizado como “uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações)” (Saquet, 2007, p. 118). Por fim, demarque-se que esse trabalho não termina aqui, haja vista a necessidade ampliada de efetivação e divulgação sobre essa modalidade e também, da sutileza do autor em trabalhar a condição do SER quilombola no meio acadêmico.

## Referências

- ALMEIDA, S. de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARRUTI, J. M. Reintroduzindo o Relatório Histórico-Antropológico do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. *Ambivalências - Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPPI*, v. 4, n. 7, 2016.
- ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, 2017.
- BOMFIM, S. de M. S. Cenários das educações do povo Xokó: entre saberes e fazeres da e na resistência/reexistência. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- BOGDAN R. C., BIKLEN S. K. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 2003.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de novembro de 2012. Disponível em <[https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 20 agos. 2025.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB n  16/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de novembro de 2012. Disponível em <[https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 20 agos. 2025.
- CAVALCANTI, L.S. Geografia, escola e constru o de conhecimentos. Campinas – SP: editora Papyrus, 2013.
- DANTAS, B. G.; DALLARI, D. Terra dos  ndios Xoc : estudos e documentos. São Paulo: Comissão Pr - ndio, 1980.
- DIAS, Luiz Marcos França. Quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo: Movimentos de defesa de territórios coletivos frente ao racismo ambiental. *Amazonica: Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, p. 361-394, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/download/8836/6531>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FALS B. La investigación-acción participativa: política y epistemología. In: GUERRA, J. M. R. (Org.). Antología Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Tradução J. E. Costa. 3ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOBO, T. A. Terra Brasilis. E-book, 2022. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/TERRA-BRASILIS-T%C3%BAlio-Augusto-Lobo-ebook/dp/B0BGYSK6DP?asin=B0BGYSK6DP&revisionId=de65374f&format=3&depth=1>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LOPES, E. T.; SANTOS, A. S. A.; LIMA, M. B.; FRANÇA, E. T. (F)atos de resistência: fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe e os projetos políticos pedagógicos das escolas quilombolas. Revista ABPN, v. 13, p. 84-106, 2021.

LOPES, E. T. Entrelaços de res/ex/istências: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe? Projeto de Pesquisa, Sergipe, 2022.

LOPES, E. T.; LIMA, M. B.; MOL, G. S.; SANTOS, J. A.; MELO, M. A.; CARVALHO, S. R. O. Movimentos investig/ativos emancipatórios na educação escolar quilombola em Sergipe. In: Marilene Santos; Lívia Jéssica Messias de Almeida; Delma Barros Filho; Maria Jeane dos Santos Alves. (Org.). Escola da Terra: políticas públicas e formação de professores. 1ed, 2023, v.1, p. 123-.

LOPES, E. T. Conhecimento Bakairi cotidianos e conhecimentos químicos escolares: perspectivas e desafio. Tese - Doutorado em Educação (PPGED), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

NASCIMENTO, M.B. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

RUFINO, L. Pedagogia das encruzilhadas. Mórula editorial, 2019.

SANTOS, Â. S. A. dos. Uma análise do projeto político-pedagógico do Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio: o (não) lugar das especificidades étnico-raciais e histórico-culturais. Dissertação (Mestrado em Educação (PPGED)) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, A. B. dos. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023.

SANTOS, I. M. dos. Balanço histórico sobre o aldeamento São Pedro de Porto da Folha, Sergipe: dos Aramurus aos Xokó. 2020. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020.

SANTOS JUNIOR, A. A. A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, F. C. Educação escolar quilombola e educação em ciências: um olhar sobre o PPP de uma escola quilombola sergipana. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SANTOS, J. A. dos. Ensinar-aprender com a educação escolar quilombola: investig/ação na (auto)formação docente na/para a educação em ciências naturais. Dissertação (Mestrado em Educação (PPGED) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, G. M. da. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, G. M. da. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e os Desafios da Efetivação. In: MONTECHIARE, Renata.; LÁZARO, André. (orgs.). Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

SANTOS, J. A. dos e COSTA, S. C. Territórios Quilombolas e o Ensino de Geografia. Ciência Geográfica, AGB Bauru. SP: Vol. XXIV, 2020. Disponível em <[https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_1/agb\\_xxiv\\_1\\_web/agb\\_xxiv\\_1-23.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-23.pdf)>. Acesso 03 dez. 2025.

SILVA, G. M. da. ; SILVA, N. M. C. da. Caderno educação escolar quilombola (Coleção Cadernos de Projetos Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de

fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil; 2). 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

SILVA, Givânia Maria da. O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres: luta e resistência quilombola. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, R. A. de A. Currículo e práticas docentes: encontro na Educação Escolar Quilombola. In: SILVA, G. M. da; et. Al.(Org.). Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Recebido para publicação em 17/10/2025

Aceito para publicação em 26/01/2026